

Adília Fernandes

Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
Universidade do Porto

ORCID: 0000-0002-9246-7745

adiliabfernandes@gmail.com

As minas de ferro na história de Torre de Moncorvo

The iron mines in the history of Torre de Moncorvo

Resumo: Torre de Moncorvo apresenta uma paisagem e uma história marcadas pela existência do minério de ferro, com maior concentração na Serra do Roboredo. Testemunhos dessa existência são os vestígios da mineração e da metalurgia do ferro, topónimos relacionados, segundo alguns autores, com a presença de ferreiros e com a sua divindade protetora, o corvo, ou as capelas com invocações mineiras e construídas sobre escórias. O horizonte histórico da exploração do ferro em Torre de Moncorvo conhece o ocaso no final do séc. XX, com a extinção do *Iron Ore Project of Moncorvo*. Seguiram-se o encerramento da Siderurgia Nacional e as solicitações do governo para a integração de Portugal na Comunidade Europeia. Pelo tempo que medeia o princípio e o fim da atividade mineira em Torre de Moncorvo, perpassa a vivência multigeracional, a valorização cultural e cognitiva das questões metalúrgicas, o desenvolvimento de tecnologias. Após longo período de inatividade, perspetiva-se a reativação das minas.

Palavras-chave: minas de ferro, indústria mineira, Torre de Moncorvo, Serra do Roboredo, história.

Abstract: Torre de Moncorvo presents a landscape and a history marked by the mining of iron ore, of which the highest concentration is in the Roboredo Sierra. Its vestiges can be seen in the toponyms (according to some authors) related to the presence of blacksmiths and their protective deity, the crow, as well as the chapels with mining invocations constructed from slag. Torre de Moncorvo's mining history ends at the end of the 20th century, with the extinction of its' *Iron Ore Project*. This was followed by the closure of the National Steelworks and the government's requests for the integration of Portugal into the European Community. For the period between the beginning and end of mining activities in Torre de Moncorvo, the multigenerational experience permeates the cultural and cognitive appreciation of metallurgical issues and the development of technologies. After a long period of inactivity, the prospect of reactivating the mines is expected.

Keywords: iron mines, mining industry, Torre de Moncorvo, Roboredo Sierra, history.

Introdução

Torre de Moncorvo, concelho do distrito de Bragança, concelho do nordeste transmontano, situa-se na confluência dos rios Sabor e Douro. Estes elementos, a par da Serra do Roboredo e do Vale da Vilarica, marcaram profundamente a sua paisagem e a sua história. A Serra do Roboredo, que se eleva ao sul da vila de Moncorvo, liga-se à existência do minério de ferro (com predominância de hematites e magnetites). Sobressai, na região transmontana, a mais rica do país neste aspeto, como o local da sua maior concentração, especialmente, nos relevos do extremo noroeste da serra, os cabeços da Carvalhosa e da Mua. Os testemunhos dessa existência são os vestígios da exploração e transformação do minério na paisagem, topónimos, como o próprio topónimo Moncorvo, relacionado, segundo alguns autores, como Estrabão, com a presença de ferreiros e com a sua divindade protetora, o corvo, ou Roboredo, palavra cuja origem os filólogos atribuem ao termo latino *rubor*, com o significado de vermelhidão (o ferro risca vermelho). Os nomes das várias povoações que apareceram em redor da serra, como Vale de Ferreiros, Felgar, Felgueiras, Escoural remetem-nos, do mesmo modo, para essa presença. Também as capelas com invocações mineiras e construídas sobre os depósitos da laboração das ferrarias, ou escória, como as de Santa Bárbara, nas freguesias de Carviçais e do Felgar, correspondem a uma importante marca¹. Na fachada da igreja matriz de Moncorvo, monumento do século XVI, está uma das mais antigas imagens de Santa Bárbara do concelho, reafirmando o seu importante culto nesta região mineira e metalúrgica.

Juntamente com os lugares de transformação do ferro há indícios de pequenas oficinas de ferreiros, comprovada pelos achados de ferramentas e instrumentos mineiros. Em 1983, a propósito da construção de uma barragem para abastecimento de água à vila de Torre de Moncorvo, remoções de terra em Vale de Ferreiros, revelaram estruturas romanas, que jaziam sob escória de ferro misturada com terras com mais de cinco metros de altura. O material recolhido é idêntico ao de outros locais existentes na zona envolvente, ilustrando a dinâmica dos povoados, entre a atividade agrícola e a mineira. Articula-se,

¹ Encontram-se habitações edificadas sobre algumas das elevações resultantes da acumulação de ferrarias. As mais elevadas pertencem ao Souto da Velha, povoação anexa à freguesia do Felgar. Cf. A.V. Rodrigues e M. da A. Carqueja Rodrigues, *Felgar*, Coimbra 2006, p. 270. A capela de Santa Bárbara do Felgar, que pode ter sido erigida no século XVII e mais tarde restaurada, assenta sobre um monte de escórias cujos estudos as situam num tempo anterior. *Ibidem*, pp. 265 e 267. Lê-se, em uma obra de Ezequiel de Campos: “[os] primitivos habitantes de Trás-os-Montes extraíram muito ferro dos minérios de Moncorvo [...], como mostram as escavações que deixaram no chão e os montes de escórias: tão grande o de Carviçais que sobre ele depois fizeram uma capela”. Cf. E. de Campos, *O problema actual da siderurgia portuguesa*, Porto 1956, p. 5.

com esse material, um conjunto de epígrafes funerárias, reveladoras da deslocação de imigrantes².

Testemunhos atuais dos trabalhos nas minas são a “linha férrea do Sabor”, desativada nos anos 70 do século XX, a estrada nacional 220 e o Carvalhal, povoado de desenvolvimento recente, que beneficiou da proximidade e funcionamento das minas e daquelas vias de comunicação. Visíveis, ainda, numa área encostada à serra, estão as edificações que albergavam os trabalhadores e os técnicos mais qualificados, tal como na freguesia do Felgar se localiza o chamado Bairro dos Alemães, formado por pequenas habitações. Na passagem do século XIX para o XX, o convento de S. Francisco, fundado no século XVI e vendido em hasta pública após a extinção das ordens religiosas, em 1834, acomodou os quadros superiores, um laboratório e gabinetes de estudo e desenho³.

Alojar condignamente as “levas” de pessoal que chegavam de todos os lados – da região da Beira, do Douro, Minho e, mesmo, do Alentejo, para além do das aldeias vizinhas, porque nas minas se auferia o dobro do salário pago na agricultura – não se revelou como uma preocupação das empresas. Para os anos 50, os barracões ou casernas destinavam-se aos trabalhadores sem família, ou ao pessoal mais qualificado. Se as mulheres e os filhos se juntavam enfrentavam condições “paupérrimas, degradantes”, tudo servindo para habitação, “até os pombais”. Por estas razões, não proliferaram as antigas instalações para os mineiros, em número que ascendeu os 1700 em 1953, mantendo-se sempre aproximado. Na década seguinte, muitos deles, por falta de pagamento dos salários, recorreram à emigração⁴.

Os dados disponíveis, para as épocas mais remotas, reportam-se aos estudos arqueológicos, a fonte primordial para se compreender a evolução da indústria metalúrgica e a sua importância na história, sendo de destacar o trabalho pioneiro de Adriano Vasco Rodrigues⁵. Identificou vestígios de fundição na Serra

² Cf. F. Sande Lemos, C.M. Braz Martins, “Mineração e metalurgia do ferro em Trás-os-Montes (norte de Portugal) na época romana”, in *Férvedes. Revista de Investigación*, 2011, n.º 7, pp. 242-253.

³ Cf. D. Folgado, “O Sagrado e o Profano num diálogo patrimonial. Reflexão inicial sobre instalações industriais em conjuntos monásticos”, in *Património. Estudos*, vol. 2, Lisboa 2002, pp. 104-108. No início do século XX, sobre as fundações do convento, foi construído um asilo para assistência aos pobres. No edifício da igreja funcionou uma fábrica de sabão. Cf. A. Fernandes, *De asylo a fundação. 100 anos de um viver solidário em Torre de Moncorvo*, Coimbra 2008.

⁴ Cf. *Museu do Ferro & da Região de Moncorvo. Estudos. Catálogo*, coord. J. Custódio, N. Rebanda, vol. I, Torre de Moncorvo 2002, pp. 125-126.

⁵ Adriano Vasco Rodrigues estagiou num campo de trabalhos arqueológicos na Alemanha, sob a direcção de Otto Kleemann, professor do Instituto de Pré-História e História Antiga da Universidade de Bona, na década de 60 do século XX. Trouxe para Portugal a chamada técnica tridimensional de escavação, ainda hoje utilizada nas intervenções arqueológicas. Cf. A.V. Rodrigues, “A técnica alemã de escavação arqueológica”, in *Revista Lucerna*, 1961, vol. 1, núms. 3-4, pp. 89-105.

do Roboredo, que situou na época romana. Uma vez que os fornos tinham de ser destruídos para se retirar o mineral, não foi encontrado nenhum intacto. Reconstituiu um forno com materiais usados então, revestido a barro, conseguindo-se a fundição de hematite e a produção de ferro.

Abordagem histórica

O horizonte histórico da mineração e metalurgia do ferro, em Torre de Moncorvo, remonta à segunda fase da Idade do Ferro, o período *La Tène*, cujo final foi difundido, entre nós, pelos romanos. Com eles, deu-se uma notável intensificação da atividade extrativa e da transformadora e a introdução de novas técnicas que ainda predominavam no século XVI. Descrevem-se algumas:

Uma exploração mineira na época romana, não pressupunha, como tão pouco anteriormente entre nós, um aproveitamento diário dos minerais possíveis [...] era acompanhada da construção de poços e galerias, às vezes de grande profundidade, empregando-se o fogo para abrandar os materiais encontrados e cunhas de madeira muito dura, que, de formas diversas e em grande quantidade, se introduziam de modo a que, ao ser vertida sobre elas a água, inchassem e produzissem o desprendimento dos materiais. Os poços e galerias eram normalmente, entre os romanos, rectangulares e às vezes redondos e elípticos. Em Portugal encontraram-se alguns redondos. Construíam-se, igualmente, com grande irregularidade, galerias de largura diferente, mas sempre bastante reduzida. [...] A sua profundidade não era, para as realizações modernas, extraordinária⁶.

Desde datas ancestrais que encontramos referências a esta região, em torno do ferro. A partir de D. Dinis, que em 1282 mandou fazer ferro nesta “terra”, os documentos régios mostram o cuidado dos monarcas pelas atividades que lhe respeitavam, concedendo regalias aos que nelas se ocupavam, como comprova o que se reporta ao reinado de D. Duarte, de 1436, ano em que promulga a Lei das Minas. Alude a uma pendência entre Torre de Moncorvo e Felgueiras, ocasionada pela nomeação de um habitante desta aldeia como “andador” para vigiar os presos. Querendo escusar-se ao cargo, alegou ter privilégios “que todollos moradores della que fizessem fero ou vivessem do officio de feraria que nom servjsem com nehnunos encargos de conçelho”⁷. O trabalho “de tirar ferro” foi contemplado, para Felgueiras, com uma carta de privilégio de D. Afonso V, em 1443, pela qual cada ferraria contava com um forno de redução de ferro e dez ou doze oficiais. No foral manuelino de Torre de Moncorvo, de 1512, estipulou-se a isenção de portagem das *massucas* (ferro em pastas ou lingotes) e dos objectos

⁶ Cf. M. Torres, “La península hispánica, provincia romana (218 a. C.). Instituciones económicas, sociales y político-administrativas”, in *España Romana. Historia de España*, dir. R. Menéndez Pidal, t. II, Madrid 1955, p. 334. Tradução nossa.

⁷ Cf. M. da A. Carqueja, *Documentos medievais de Torre de Moncorvo*, Torre de Moncorvo 2007, pp. 141-142.

derivados. Em 1549, João de Barros, quando descreve o percurso entre Torre de Moncorvo e Mós, diz que as mulheres, ao mesmo tempo que dobavam e fiavam, tangiam os foles com os pés, enquanto os maridos faziam o ferro. Na *Memoria da vila e lugares do seu termo*, de 1721, assinala-se a presença de ferreiros em Felgueiras e Felgar. Os seus produtos, feitos com o metal saído do Cabeço da Mua, proviam “quasi toda esta província”. Neste documento fala-se, ainda, de uma galeria do tempo dos mouros⁸. As *Memórias Paroquiais* do distrito de Bragança, de 1758, informam que na Serra do Roboredo “ha humas minas adonde se tirava antigamente pedra de que se fazia ferro e averá trinta annos que se deixou de fazer”⁹.

Entre o século I a. C. e o século XVIII, a região mineira de Moncorvo foi atravessada por três sistemas tecnológicos: ferrarias tradicionais, com saberes transmitidos de geração para geração, ferrarias de metalurgia biscainha e de metalurgia catalã. Os dois últimos tipos denunciam o contacto com o norte de Espanha e a importação de mecanismos inovadores e mais eficientes. Contou-se com mestres ferreiros vindos da Biscaia, região com uma importante indústria metalúrgica. O processo de fundição do ferro surgiu na Idade Moderna. Na Antiguidade e na Idade Média operava-se por redução do mineral, ou seja, a passagem de um óxido (hematite ou magnetite) à forma metálica e que originava abundantes escórias. Estas são o primeiro indício de exploração, uma vez que os fornos eram feitos de materiais perecíveis.

As ferrarias caracterizavam-se, todas, pelo uso dos baixos fornos de redução do metal e pela produção de barras. Fabricavam-se, a partir delas, bens para a faina agrícola, satisfazendo necessidades das comunidades locais e outras. Os ferreiros vendiam os seus produtos, ferramentas ou lingotes, no mercado da vila de Moncorvo. Apetrechos resultantes desta atividade preenchiam, igualmente, necessidades de âmbito militar. Este universo adequava-se ao papel de Moncorvo como produtor e distribuidor da armaria, em ferro e aço, no reinado de D. Manuel I¹⁰. Desde o século XV, e de acordo com a documentação, que se constata a existência de uma metalurgia artesanal nas mãos dos ferreiros das aldeias. Até finais de setecentos, este metal continuou a ser um bem raro, fruto das limitações de ordem tecnológica. O fim da atividade metalúrgica, no século XIX, obrigou à importação dos lingotes. Neste século, as tentativas

⁸ Biblioteca Nacional, Códice A-6-8, n.º 222, A. Veloso de Carvalho, *Memorias das noticias que El Rey Nosso Se.º se ordena se deam a Academia Real da Estória Portuguesa da Camera desta v.ª da Torre de Moncorvo e Lugares do seu termo*, 1721, Ms. Ler, ainda, C. d'Abreu, “Mineração e metalurgia em torno do jazigo de ferro de Torre de Moncorvo”, in 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Actas, Porto 1999, pp. 370-371; Museu do Ferro, op. cit., pp. 152-155.

⁹ J. Viriato Capela, R. Borrallheiro, H. Matos, C. Prada de Oliveira, *As freguesias do distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758. Memórias, história e património*, Braga 2007, p. 593.

¹⁰ Cf. J. Custódio, “O ferro como património industrial de Moncorvo: história, mineração e indústria”, in *Moncorvo: da Tradição à Modernidade. Atas*, coord. F. de Sousa, Porto 2009, p. 202.

de industrialização, através do ferro, fizeram a região dependente do exterior no fornecimento de utensílios para a lavoura.

Diversos *habitats* foram articulando-se com os sítios mineiros, numa paisagem continuamente transformada¹¹. A construção da “fábrica de ferro”, em Mós, em 1780, marcou o fim da era da metalurgia do ferro, atribuindo-se-lhe um cariz proto industrial. Designada de *Chapa Cunha*, surgiu na margem esquerda da ribeira com o mesmo nome, donde se desviava a água através de um açude para a alimentar. José António de Sá, corregedor da comarca de Moncorvo a partir de 1788, referiu-se a esta unidade numa das suas *Memorias*, no contexto de estagnação das actividades agrícolas e industriais que atingiu a comarca no século XVIII. Anotou que se achava parada e impedido todo o seu progresso, apesar das grandes despesas feitas pelo “Patriótico” Domingos Martins Gonçalves, seu executor¹². Sá indicou-a como sendo de “Mox de Carviçais”, topónimo que reúne o nome de duas povoações do concelho de Torre de Moncorvo de grande tradição metalúrgica.

A tecnologia adotada para elevar a água (a *trompa*¹³) veio a revelar-se inadequada à localização da unidade e à experiência dos oficiais galegos recrutados. *Chapa Cunha* foi abandonada em 1830 e, com ela, terminou a era das ferrarias moncorvenses. Entretanto, iniciara-se a partir dos finais do século XVIII, a substituição dos fornos catalães pelos alto-fornos, em países europeus como a França e a Inglaterra, importante inovação siderúrgica¹⁴. O minério de ferro da era das ferrarias recolhia-se à superfície, no sopé dos montes, no fundo dos vales ou nas falhas do terreno. Tradicionalmente, a recolha do minério rolado era livre, seguindo a mesma lógica do usufruto dos baldios. No século XIX, tal conceito desapareceu, impondo-se o seu registo e demarcação. Esta realidade correu em paralelo com o averbamento do mineral *in situ*, isto é, aquele que poderia ser explorado no subsolo, em poços ou galerias. Os dois procedimentos

¹¹ Cf. F. Sande Lemos, C.M. Braz Martins, “Mineração e metalurgia do ferro em Trás-os-Montes (norte de Portugal) na época romana”, *op. cit.*, pp. 243-252.

¹² Cf. J.A. de Sá, *Memorias da Comarca de Moncorvo*, citado por F.L. Vaz, “Ideias e projectos de José António de Sá para o desenvolvimento económico de Moncorvo”, in *Moncorvo, op. cit.*, p. 262. Não se conhece uma indicação precisa do ano em que José António de Sá deixou de exercer funções de corregedor na comarca de Moncorvo. Em 1796, José Pedro Soares dos Reis Vasconcelos encontrava-se a exercer aquela magistratura, facto que pode indiciar esse dado. Cf. F. de Sousa, “Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá”, in *Revista População e Sociedade*, 1997, n.º 3, p. 362.

¹³ Moderna técnica da época, composta de um tubo pelo qual se fazia descer a água a grande velocidade para empurrar o ar, nele comprimido, para dentro do forno. Cf. M. Areosa Rodrigues, “O trabalho do ferro”, in *Terras do Côa/da Malcata ao Roboredo. Os valores do Côa, Maia* 1998, p. 148. O significado de chapa-cunha relaciona-se com a hidráulica das ferrarias, de acordo com os estudos sobre as ferrarias da região espanhola de Léon. Cf. *Museu do Ferro op. cit.*, p. 99.

¹⁴ Cf. C. d’Abreu, “Mineração e metalurgia em torno do jazigo de ferro de Torre de Moncorvo”, in *3.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Actas, op. cit.*, p. 372.

tiveram lugar quando a industrialização fez despertar o valor do ferro e conduziu à corrida da sua exploração.

A Serra do Roboredo e o Cabeço da Mua assistiram ao registo intensivo de concessões, datando as primeiras de 1872 a 1875. O terreno ficou fragmentado em pequenas unidades, dificultando um plano global e integral da lavra, de acordo com os moldes modernos de engenharia mineira e com as expectativas liberais relativamente a uma exploração industrial. A instalação de acessibilidades, como o caminho-de-ferro, e de infra-estruturas, como os altos-fornos, eram requisitos fundamentais para o alcance das vantagens perspetivadas. Apesar de se terem dado alguns passos para a implantação destes, junto dos rios Douro ou Sabor, para aproveitamento da força motriz das águas, ou na cidade do Porto, a sua construção nunca foi concretizada, por falta de meios técnicos e financeiros.

O objetivo de uma exploração em grande escala pressupunha a concentração de concessões em entidades estrangeiras, por carecer-se de capital nacional. No início do século XX, deu-se a partilha dos jazigos de Moncorvo por grupos siderúrgicos europeus. O minério de Moncorvo captou a atenção das nações com objetivos imperialistas e propósitos de armamento. Para além dos franceses, os austro-húngaros, seguidos dos alemães, estudaram-no com vista ao seu aproveitamento futuro. Entre 1899 e 1910, estão referenciados 34 manifestos mineiros, dos quais 23 em nome da firma mineira de capitais franceses, a *Schneider e C.^a*

A exploração das minas foi interrompida no período de duração da Grande Guerra e entre as Grandes Guerras. Exemplifica esta situação o pedido de suspensão feito por Wilhelm Wakonigg Hummer, cidadão do império austro-húngaro, em Julho de 1915. Tinha obtido do governo, em 1912¹⁵, os alvarás de concessão por ter sido o concorrente que satisfazia a todas as cláusulas do concurso. Estas, traduziam-se, por exemplo, no pagamento ao Estado de 25% sobre o valor bruto à boca da mina, de todo o minério transportado para os mercados estrangeiros, ou aproveitado para outro fim. A adjudicação englobou as minas do Cabeço da Mua e de Santa Maria, na freguesia do Felgar, e Alto do Chapéu, Barro Vermelho, Fraga dos Apriscos e Sobralhal, na freguesia de Moncorvo¹⁶. As concessões de Wakonigg Hummer foram arroladas pelo Estado em 1916, no cenário da guerra e da Tríplice Aliança, voltando, posteriormente, para a sua posse¹⁷.

As jazidas de Moncorvo permaneceram como uma importante reserva estratégica durante os dois conflitos. Os trabalhos em curso caracterizaram-se, principalmente, como prospetivos. No final da segunda contenda, retomou-se

¹⁵ Neste ano, foi apresentado um projeto-lei de Ezequiel de Campos, que visava o estabelecimento da Siderurgia Nacional tendo por base o minério de Moncorvo.

¹⁶ Cf. *Diário do Governo*, n.º 132, 6 de Junho de 1912.

¹⁷ Cf. *Museu do Ferro*, *op. cit.*, p. 156.

a exploração, devido ao *boom* económico do pós-guerra. Ao interesse internacional juntou-se o de um grupo de capitalistas portugueses, que, em 1951, criou a empresa *Ferrominas*, aproveitando a decisão da *Schneider e C.^a* de arrendar as suas concessões¹⁸. O seu aparecimento beneficiou da carência de minério de ferro para a reconstrução da Europa e da sustentação do desenvolvimento pretendido. Foi, da mesma forma, favorável o contexto político do Estado Novo, que visava a nacionalização dos interesses mineiros e industriais. A empresa recorreu a um conjunto de técnicas e de recursos, designadamente, transportes mais eficazes, como o que se efetuava por cabo aéreo e que conduzia o minério desde o seu local de extração até à estação na linha do caminho-de-ferro do Sabor, seguindo para o Pocinho. Embarcava, aqui, para o porto de Leixões, tendo como destino último a Siderurgia Nacional e, finalmente, refinarias em Inglaterra, Alemanha e Itália. Em 1953, a produção atingiu 174 000 toneladas de ferro.

A *Ferrominas* procedeu a reconhecimentos geológico-mineiros e a sondagens. Dado o baixo teor de ferro do minério de Moncorvo e as muitas impurezas, que continha, encomendou estudos e ensaios em laboratórios internacionais, substituídos, depois, e em parte, pela lavaria-piloto da empresa *Minacorvo*, constituída em 1965, por importantes empresas siderúrgicas europeias. Obtiveram-se novos resultados, que não se sobrepuseram, contudo, ao peso da exploração tradicional que persistia, assente, sobretudo, na força humana, e ao insuficiente investimento.

De acordo com a documentação pertencente ao Arquivo Histórico de Torre de Moncorvo, e para a década de 50, Gabriel Monteiro de Barros, diretor da *Ferrominas*, apresentou vários manifestos para registos de minas e salvaguarda dos direitos conferidos pela legislação para a sua exploração. Foram descobertas por inspeção da superfície em prédios pertencentes a diferentes proprietários. Assim, referencia-se a existência de hematite no sítio da Canada dos Apriscos, São Lourenço, Vieiros, Quintas de Mós, Quintas de Carviçais, Vale de Buracos, Canada do Felgar e outros. Entre 1951 e 1977, as minas estiveram em laboração contínua, mas irregular, caminhando, na década de 70, para uma redução da produção, depois de ter conhecido, nas duas décadas anteriores, o único momento de exploração industrial efetiva, consequência da alta de preços dos minérios na conjuntura do pós-guerra, e a exportação para Inglaterra, Alemanha e Itália. Até 1974, a *Ferrominas* partilhou a sua ação com a *Minacorvo*, que utilizava tecnologia de ponta e laborava no Cabeço da Mua. Deu-se a sua dissolução em 1976, tal como aconteceu com a *Companhia Mineira de Moncorvo*, instalada por entidades estrangeiras, em 1927, provavelmente, na sequência do relatório subscrito pelo engenheiro de minas, Primitivo Hernández Sampelayo,

¹⁸ Para uma aproximação à constituição, funcionamento e fecho da *Ferrominas*, veja-se J. Custódio, G. Monteiro de Barros, *O ferro de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos*, Torre de Moncorvo 1984.

resultado dos estudos que desenvolveu em Moncorvo. O relatório constituiu a primeira exposição pormenorizada sobre o jazigo moncorvense. Aquelas empresas desenvolveram relevantes pesquisas geológicas. O abandono das minas e a entrega das concessões ao Estado ficaram a dever-se ao reduzido valor do minério de Moncorvo. Esta realidade tornava-o imprópria para o abastecimento das siderurgias europeias e incompatível com o de outras origens.

Como resultado desta extinção, a *Ferrominas* tomou posse da totalidade das minas. Em 1979, dois anos depois de se ter transformado em empresa pública, no âmbito da nova política de expansão da capacidade siderúrgica nacional, lançou o *Projeto Mineiro de Moncorvo (Iron Ore Project of Moncorvo)* para a exploração sistemática do Cabeço da Mua, na linha da viabilidade técnica e económica do minério. Em 1984, a atividade da *Ferrominas* foi suspensa e, em 1986, fundiu-se com a *Empresa de Desenvolvimento Mineiro do Alentejo*. Em 1991, um despacho ministerial extinguiu as concessões mineiras existentes, por considerar as minas abandonadas. As solicitações do governo para a integração de Portugal nas Comunidades Europeias não favoreceram a alteração do processo de declínio. Para ele contribuíram, também, a incorporação, no mercado mundial do ferro, das minas americanas e africanas, o baixo teor de ferro do mineral local, razão da denominação de “bastardo”¹⁹, e a opção pela sua importação. A exportação, com lugar nos primeiros anos da década de 50, esbarrou com as limitações decorrentes das exigências colocadas pelo exterior para a aceitação do minério. Este setor da indústria nunca conheceu um forte incremento, resultado destes e outros obstáculos, como as deficientes vias de comunicação ou a falta de apoio governamental e financeiro que inviabilizou, nomeadamente, a criação de altos fornos.

O acervo do Arquivo Histórico de Torre de Moncorvo integra um grande número de manifestos de descoberta de minas, de particulares, assim como pedidos de registo e de autorização para os necessários trabalhos de pesquisa, recolha e depósito do mineral em instalações adequadas. Os conflitos gerados e as apreensões pelas autoridades eram frequentes. Advinham da confrontação e ocupação das propriedades, dificuldades na demarcação das áreas mineiras e na atribuição da sua posse. A intervenção do governo civil de Bragança verificava-se, não raras vezes, nas diligências para que os trabalhos nas minas ocorressem sem a resistência das populações, como se verificou com as da Lousa ou do Felgar²⁰. Para as décadas de 40 a 60 do século passado, os requerimentos de registo de minas correspondem, maioritariamente, às de volfrâmio²¹, que teve uma particular importância na trama política da II Guerra Mundial

¹⁹ O enriquecimento do ferro captou a atenção em 1953. Cf. J. Custódio, “O ferro como património industrial de Moncorvo: história, mineração e indústria”, *op. cit.*, p. 197.

²⁰ Arquivo Distrital de Bragança, Fundo - Governo Civil de Bragança.

²¹ Arquivo Histórico Municipal de Torre de Moncorvo, Livros de registos das minas, décadas de 40 a 60 do século XX.

e à qual o de Trás-os-Montes não esteve alheio²². Estes documentos são, no seu conjunto, a prova de que estamos perante uma área de grande e diversificada riqueza mineral, recurso fisicamente próximo das populações.

Conclusão

A aproximação à história, recuada e recente, centrada no minério de Torre de Moncorvo, é-nos facultada pelo Museu do Ferro. Nascido em 1983, no bairro mineiro do Carvalhal, foi transferido, em 1993, para o antigo solar do barão de Palme, de traça seiscentista, situado no centro da vila e na imediação da igreja matriz. Oferece-nos material diverso: uma coleção geológica, vestígios da época romana, documentos medievais, objetos e ferramentas, fotografias, memórias dos antigos mineiros e ferreiros.

Pelo tempo que medeia o princípio e o fim da atividade mineira em Torre de Moncorvo, perpassa a vivência, entre “altos e baixos”, de gerações a ela ligadas e a valorização cultural, cognitiva e tecnológica deste património identitário. Depois de um longo período de inatividade, perspetiva-se a reativação das minas. Os ensaios parecem demonstrar a sua viabilidade, face ao progresso técnico-industrial de beneficiamento de minérios pobres, como o de Torre de Moncorvo. O interesse pelo minério de ferro, por parte da China, manifestado no início deste século, captou as atenções sobre a jazida de Moncorvo, realizando-se novas campanhas de prospeção. A posição favorável acerca dessa reativação contraria a convicção de alguns estudiosos, para quem elas são “assunto encerrado”, mesmo admitindo-se, perante o quantitativo das suas reservas, constituir um dos principais jazigos de ferro da Europa, podendo substituir as dos minérios ricos, que vão escasseando a nível mundial. Na realidade, no complexo minealizado de Moncorvo, onde se situam a maioria dos afloramentos conhecidos e explorados no passado, nomeadamente o Cabeço da Mua, Carvalhosa e Serra do Roboredo, que permanecem como legados ambientais negativos, estima-se que existam reservas situadas entre os 550 e os 1000 milhões de toneladas. Durante a sua exploração pelas empresas *Ferrominas* e *Minacorvo*, foram evidenciados problemas de qualidade do minério, ligados ao excesso de sílica e de fósforo e ao baixo teor de ferro. Em consequência, o minério extraído necessita de ser beneficiado através de processos físico-químicos, o que encarece, naturalmente, a sua produção. Por esta razão, esses especialistas consideram que a sua exploração é inviável. Entretanto, aguarda-se que a História e a Arqueologia, como

²² Cf. J. Lopes Velho, *Os recursos minerais. Uma visão geo-histórica*, Coimbra 2006, pp. 274-280. Dada a sua aplicação em material bélico, logo, de alto potencial estratégico, o volfrâmio conheceu uma intensa procura já na I Guerra Mundial. Cf. M.O. Pereira Lage, “Portugal ‘volframizado’: mudança social e arco de emigração (1930-1960)”, in *Revista Campos Mon-teiro. História, património, cultura*, Coimbra 2009, p. 268.

ciências dos testemunhos e vestígios materiais das sociedades passadas, permitam travar os letargos da história mineira e do ferro da região moncorvense, uma história milenar acerca da qual as informações rareiam à medida que o tempo recua.

Fontes

Arquivos

Arquivo Distrital de Bragança, Fundo – Governo Civil de Bragança.

Arquivo Histórico Municipal de Torre de Moncorvo, Livros de registos das minas, décadas de 40 a 60 do século XX.

Fontes impressas

Biblioteca Nacional, Códice A-6-8, n.º 222, António Veloso de Carvalho, *Memorias das noticias que El Rey Nosso Se.º se ordena se deam a Academia Real da Estória Portugueza da Camera desta v.ª da Torre de Moncorvo e Lugares do seu termo*, 1721, Ms.

Diário do Governo, n.º 132, 6 de Junho de 1912.

Ezequiel de Campos, *O problema actual da siderurgia portuguesa*, Porto 1956.

Estudos

Adília Fernandes, *De asylo a fundação. 100 anos de um viver solidário em Torre de Moncorvo*, Coimbra 2008.

Adriano Vasco Rodrigues, “A técnica alemã de escavação arqueológica”, in *Revista Lucerna*, 1961, vol. 1, núms. 3-4, pp. 89-105.

Adriano Vasco Rodrigues e Maria da Assunção Carqueja Rodrigues, *Felgar*, Coimbra 2006.

Carlos d’Abreu, “Mineração e metalurgia em torno do jazigo de ferro de Torre de Moncorvo”, in 3.º Congresso de *Arqueologia Peninsular. Actas*, Porto 1999, pp. 367-381.

Deolinda Folgado, “O Sagrado e o Profano num diálogo patrimonial. Reflexão inicial sobre instalações industriais em conjuntos monásticos”, in *Património. Estudos*, vol. 2, Lisboa 2002, pp. 104-108.

Fernando de Sousa, “Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá”, in *Revista População e Sociedade*, 1997, n.º 3, pp. 359-399.

Francisco Lourenço Vaz, “Ideias e projectos de José António de Sá para o desenvolvimento económico de Moncorvo”, in *Moncorvo: da Tradição à Modernidade. Atas*, coord. Fernando de Sousa, Porto 2009, p. 262.

Francisco Sande Lemos, Carla Maria Braz Martins, “Mineração e metalurgia do ferro em Trás-os-Montes (norte de Portugal) na época romana”, in *Férvedes. Revista de Investigación*, 2011, n.º 7, pp. 242-253.

Jorge Custódio, “O ferro como património industrial de Moncorvo: história, mineração e indústria”, in *Moncorvo: da Tradição à Modernidade. Atas*, coord. Fernando de Sousa, Porto 2009, pp. 187-219.

Jorge Custódio, Gabriel Monteiro de Barros, *O ferro de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos*, Torre de Moncorvo 1984.

José Lopes Velho, *Os recursos minerais. Uma visão geo-histórica*, Coimbra 2006.

- José Viriato Capela, Rogério Borrallheiro, Henrique Matos, Carlos Prada de Oliveira, *As freguesias do distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758. Memórias, história e património*, Braga 2007.
- Manuel Torres, “La península hispánica, provincia romana (218 a. C.). Instituciones económicas, sociales y político-administrativas”, in *España Romana. Historia de España*, dir. Ramón Menéndez Pidal, t. II, Madrid 1955, pp. 285-519.
- Maria da Assunção Carqueja, *Documentos medievais de Torre de Moncorvo*, Torre de Moncorvo 2007, pp. 141-142.
- Maria Otília Pereira Lage, “Portugal ‘volframizado’: mudança social e arco de emigração (1930-1960)”, in *Revista Campos Monteiro. História, património, cultura*, 2009, pp. 265-274.
- Miguel Areosa Rodrigues, “O trabalho do ferro”, in *Terras do Côa/da Malcata ao Roboredo. Os valores do Côa*, Maia 1998, pp. 144-150.
- Museu do Ferro & da Região de Moncorvo. Estudos. Catálogo*, coord. Jorge Custódio, Nelson Rebanda, vol. I, Torre de Moncorvo 2002, pp. 125-126.